Tecendo r-existências no Acampamento Coragem (TO): a presença feminina na luta pela terra

Weaving r-existences in the Coragem Camp (TO): women's presence in the struggle for land

Laylson Mota Machado
Doutorando em Sociologia, Universidade Federal de Pelotas, https://orcid.org/0000-0002-4400-309X, laylsonmm@gmail.com
Gabriela Pecantet Siqueira
Doutoranda em Sociologia, Universidade Federal de Pelotas, https://orcid.org/0000-0002-1548-2300, gabrielapecantet@gmail.com

Recebido em: 19/02/2025/ **Aceito em:** 03/06/2025
DOI: 10.12660/rm.v17n27.2025.93084

Resumo

Esse artigo trata das estratégias de r-existência das mulheres ribeirinhas do Acampamento Coragem, em Palmeiras do Tocantins - TO, atingidas pela Usina Hidrelétrica de Estreito - MA no rio Tocantins. Com base na interseccionalidade, etnografia e histórias de vida, analisamos como elas mobilizam práticas de resistência socioterritorial a partir da rememoração coletiva, em um contexto no processo de luta, ocupação e reivindicação de modos de vida ribeirinha. As mulheres organizam a vida coletiva, são lideranças e mantêm vivas as memórias do território alagado através de práticas como o plantio, a pesca e a troca de saberes no cotidiano comunitário. Nesse contexto, a memória se configura como dispositivo político fundamental na luta pela permanência e pela territorialidade ribeirinha.

Palavras-chave: Conflito socioambiental; Mulheres ribeirinhas; R-existência; Interseccionalidade; Memória.

Abstract

This article focuses on the resistance strategies of riverine women from the Acampamento Coragem, in Palmeiras do Tocantins - TO, affected by the Usina Hidrelétrica de Estreito - MA on the Tocantins river. Based on intersectionality, ethnography and life stories, we analyzed how they mobilize practices of socio-territorial resistance based on collective remembrance, in a context of struggle, occupation and claiming riverine ways of life.The women organize collective life, are leaders and preserve the memories of the flooded territory through practices such as planting, fishing and the exchange of knowledge in everyday community life. In this context, memory is configured as a fundamental political device in the struggle for permanence and riverside territoriality.

Keywords: Socio-environmental conflict; Riverine women; R-existence; Intersectionality; Memory.

Introdução

As comunidades pesqueiras no Brasil possuem papel relevante na conservação da biodiversidade local, porém são as que mais vivem graves violações aos seus direitos e territórios. A comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, localizado em Palmeiras do Tocantins - TO, tem sua relação com a água e a terra, a densa floresta e a roça, baseados em uma relação sustentável e respeitosa com a natureza que estão entrelaçados aos seus modos de vida, epistemologias e vínculos com o território. Como mencionado por um integrante da comunidade durante a pesquisa de campo “a beira do rio é o nosso lugar”.

Contudo, observa-se que, em determinados contextos, práticas e conhecimentos tradicionais das comunidades ribeirinhas tendem a ser desconsiderados em projetos que priorizam formas específicas de desenvolvimento econômico alinhadas a lógicas capitalistas, o que pode gerar tensões entre diferentes modelos produtivos. No país, os desastres, efeitos e riscos ambientais são transferidos a populações com pouca força política, econômica e social, que ficam mais expostas às consequências decorrentes das intervenções de indústrias, empresas e grandes empreendimentos que se instalam nos territórios habitados por essas (Beck, 2010). Às minorias sociais, sobretudo as racializadas, recaem injustamente o ônus de arcar com acidentes e as transformações ambientais decorrentes (Poquiviqui, 2019). Assim, os desastres ambientais não são neutros, carregam marcas de desigualdades estruturais e operam como instrumentos de reprodução de hierarquias sociais, raciais e territoriais (Collins, Bilge, 2020; Collins, 2022).

No país, as usinas hidrelétricas são uma das principais produtoras de energia elétrica e causadoras de conflitos socioambientais. Tais empreendimentos, em sua maioria, são orientados por lógica desenvolvimentista capitalista, nas quais prevalece a maximização do lucro em detrimento dos direitos, causando diversas injustiças ambientais e sociais. Esses projetos, ao não considerarem as implicações às comunidades tradicionais, cujos modos de vida estão numa relação de interdependência com o território que ocupam, provocam processos de expropriação forçada, violação sistemática de direitos e desestruturação de vínculos socioculturais e ecológicos historicamente construídos.

Situação que ocorre desde 2007 com a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) no rio Tocantins, provocando uma série de conflitos, profundas e prejudiciais mudanças nos ecossistemas da região e no cotidiano das populações nos seus arredores (Santiago, 2014; Sieben, 2012, Carvalho, 2018). A UHE de Estreito se instalou na região Sul do Maranhão, tendo afetado doze cidades às quais a barragem abrange, sendo elas: Carolina e Estreito, no estado do Maranhão, e Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins no estado do Tocantins, alagando uma área de 400km². A usina é administrada pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE), responsável social e ambiental pela operacionalização da usina.

No caso da Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem, os/as acampados/as ocupam, desde outubro de 2015, um território em Palmeiras do Tocantins, TO, como forma de reivindicar os direitos violados pela instalação da usina. A posse da terra é atualmente objeto de disputa judicial contra os empreendedores da usina, o CESTE. As mulheres ribeirinhas, nesse contexto, enfrentam condições ainda mais severas. O papel de ter que encontrar novas formas de plantar, coletar água e, ainda, conciliar as novas necessidades da comunidade como liderança política frente às disputas pela terra enfrentadas para a permanência.

Com base nessas problematizações, o presente estudo buscou compreender como as mulheres ribeirinhas do Acampamento Coragem mobilizam práticas de resistência socioterritorial a partir da rememoração coletiva, em um contexto no processo de luta, ocupação e reivindicação de modos de vida ribeirinha. Partimos da etnografia (Geertz, 1989, 1997) e narrativas, produzidas com o método de história oral de vida (Thompson, 1992), de quatro mulheres (negras, ribeirinhas, pescadoras, sendo uma delas com 37 anos e as outras com mais de 50 anos, casadas, mães e avós). Entendemos que a interseccionalidade permite reflexões teóricas e das práticas da comunidade mais aprofundadas para pensar na promoção de justiça social considerando grupos historicamente marginalizados em seu contexto social (Collins, Bilge, 2020).

Essa escrita, além dessa introdução e das considerações finais, está estruturada em três tópicos. No primeiro, contextualizamos a formação do Acampamento Coragem, que ocupa um território em Palmeiras do Tocantins - TO, e os conflitos socioambientais que enfrenta. No segundo, tratamos do papel das mulheres da comunidade no enfrentamento de desafios impostos pela instalação da

usina. E, por fim, aprofundamos a análise das narrativas das mulheres acampadas, com destaque as lembranças e memórias do território alagado como elementos centrais e a rememoração como pressuposto de permanência no território em disputa.

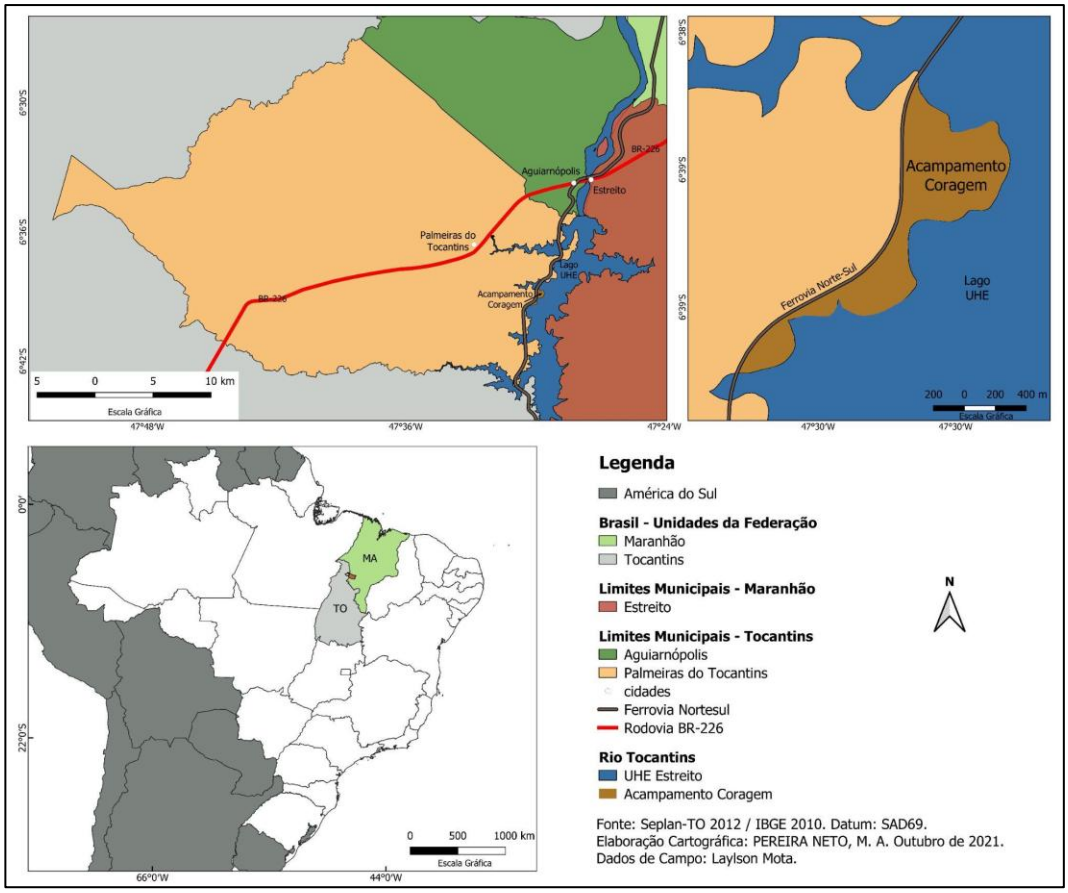
Tecendo r-existências na formação do Acampamento Coragem

Apesar da água ser um elemento fundamental para manutenção da vida humana, carrega diferentes significados a depender dos grupos e contextos envolvidos. Na realidade do país existem diferentes perspectivas e dinâmicas que estão interrelacionadas entre grupos, instituições políticas, sistemas econômicos, que atribuem sentidos à água de maneiras distintas. Para as populações ribeirinhas os rios, ilhotas, florestas, margens, várzeas e peixes, estão relacionadas a saberes e conhecimentos sobre as águas e a terra, fundamentais na manutenção de seus costumes. Para os grandes empreendimentos, na maior parte das vezes sustentados por discursos desenvolvimentistas e pela lógica neoliberal, imperam outras racionalidades. Vivemos o paradigma das sociedades complexas, sob o advento de uma nova matriz fundada na redução da atuação estatal, que fomenta disparidades significativas em termos de poder e estabelece valores ditados pelo capital na disputa pelo controle hídrico (Sieben, 2012; Zhouri et al., 2014; Fleury, 2013).

O avanço neoliberal tem se caracterizado pelo crescente interesse e expansão de empresas em terras habitadas por povos e comunidades tradicionais, impulsionado pela busca pela extração de recursos naturais e maximização de lucros. As comunidades tradicionais têm suas relações com os territórios violados pelos grandes empreendedores e sem a devida proteção estatal, o que caracteriza o racismo ambiental exercido pelo Estado e empreendimentos (Poquiviqui, 2019). As injustiças socioambientais enfrentadas pelos povos e comunidades tradicionais envolvem desde o deslocamento compulsório, violação de direitos humanos e transgressão às suas formas de manutenção da vida, até expropriações e violações, ao serem desconsideradas enquanto população atingidas.

O Acampamento Coragem, que ocupa um território em Palmeiras do Tocantins (TO) desde outubro de 2015, conforme o mapa a seguir, é formado por um grupo de pescadoras/es e ribeirinhas/os afetadas/os pela construção da UHEE. A comunidade surgiu por meio de manifestações ocorridas desde a instalação da

barragem, em meados de 2007, quando as populações atingidas passaram a resistir em prol dos direitos violados pelos empreendedores da barragem. A construção da UHEE, gerida pelo CESTE — que reúne corporações como ENGIE, Vale, Alcoa e InterCement — está inserida no marco das políticas de expansão energética do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e reflete a aliança entre o Estado brasileiro e grandes grupos empresariais nacionais e transnacionais na execução de projetos de infraestrutura (Machado, 2020; Carvalho, 2018; Santiago; 2014). Tal projeto implicou a expropriação de territórios habitados por comunidades ribeirinhas, sem garantias de consulta prévia, livre e informada, conforme prevê a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).



Mapa 1: Localização do Acampamento Coragem
Fonte: Seplan-TO, 2012; IGBE, 2010. Org. Pereira Neto, 2021.

Os/as acampados/as desde então, buscam formas de reivindicarem a permanência no beiradão do rio Tocantins. A comunidade do Acampamento Coragem, antes de se fixar onde atualmente está, esteve acampada, por cerca de um ano e oito meses, em frente ao canteiro de obras da usina, juntamente com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e outras comunidades atingidas pela UHEE, que reivindicavam o direito de pescador/a (Machado, 2020). Atualmente é

formado por 39 famílias, que historicamente utilizam a beira do rio Tocantins para desenvolver a pesca e a agricultura. Nesse território, que se constituiu a comunidade ribeirinha desde o processo de expropriação territorial enfrentado pelo CESTE, a população atingida encontrou formas de continuar exercendo seus modos de vida e de luta por seu direito de ocupar, produzir e resistir em um contexto de disputa. Dessa forma, a história dessa comunidade está imbricada a chegada do mencionado empreendimento que, até o presente momento, ocasionou drásticas mudanças, injustiças, afetações, disputas e conflitos em seu cotidiano.

Os/As acampados/as constroem no novo território outras relações com o meio ambiente e recriam suas formas de viver. No Acampamento colocam em prática “um saber-fazer onde se podem encontrar todos os traços da arte da memória” (Certeau, 1998, p. 165-166). Dessa maneira, desenvolvem as suas maneiras de fazer, constituindo suas práticas através dos seus modos de vida. O conhecimento produzido a partir das margens e através da resistência coletiva, onde são tecidos novos modelos de ação, caracterizam e contribuem para sua reapropriação do espaço organizado em que se encontram (Gonzalez, 2020). Nesse sentido, o território para a comunidade é um espaço construído socialmente e ultrapassa sua dimensão geográfica para se constituir como lugar de vivências, memórias, práticas culturais e disputas de poder. Ele não é apenas o chão ocupado, mas um campo simbólico e político onde se articulam relações sociais, formas de pertencimento, modos de vida e r-existências (Almeida, 2004, 2008; Litlle, 2002).

A relação entre os atores econômicos e o Estado brasileiro, nesse contexto, estrutura o campo de disputa conformando um cenário em que as narrativas das mulheres do Acampamento Coragem revelam experiências locais, bem como as dimensões estruturais de poder que atravessam os conflitos socioambientais na Amazônia Legal. Assim, as experiências da comunidade — e, em especial, das mulheres ribeirinhas, foco desse estudo — são atravessadas por múltiplos eixos de opressão que se cruzam e se reforçam mutuamente, como gênero, raça, classe e pertencimento territorial (Collins e Bilge, 2020). Essas opressões moldam suas identidades e trajetórias sociais, influenciadas pela localização geográfica e pelas dinâmicas de poder político, econômico e cultural que estruturam o território, como também provocam o surgimento de novas formas de agência coletiva e individual (Collins, 2022).

As mulheres do Acampamento Coragem respondem a essas condições adversas com a produção de práticas e saberes que afirmam suas vozes como agentes políticas e epistêmicas. Seus modos de vida, suas formas de organização e as memórias que preservam constituem epistemologias situadas que confrontam os discursos dominantes e alimentam estratégias de permanência no território. Nesse sentido, analisar as condições do Acampamento Coragem com foco nas experiências das ribeirinhas pela perspectiva interseccional contribui para compreender, para além de como as opressões se somam, a construção de práticas de r-existência.

Plantar, colher e resistir: as trajetórias de luta das mulheres ribeirinhas

As mulheres entrevistadas nessa pesquisa são pescadoras e agricultoras ribeirinhas com trajetórias marcadas pela expropriação territorial decorrente da instalação da UHE de Estreito em 2007. Dona Jacirene, Jaqueline, Miúda, Gilda e Marinalva são mulheres com idades entre 37 e 63 anos, todas moradoras do Acampamento Coragem desde sua fundação. Todas mães, algumas avós e possuem longa experiência com a prática da pesca artesanal e da agricultura de vazante. A seleção dessas mulheres como interlocutoras da pesquisa se deu por sua centralidade nas lutas pelo território, o que conferiu densidade analítica ao enfoque etnográfico adotado. As suas histórias de vida não apenas explicitam os efeitos da barragem no cotidiano das famílias atingidas, mas também trazem, com potência, as estratégias de r-existência tecidas pelas mulheres ribeirinhas.

Por pertencerem a uma minoria política — comunidades tradicionais historicamente marginalizadas —, e por serem mulheres, estão mais expostas a formas específicas de violência, que vão da invisibilização política e simbólica até a violência física, sexual e institucional. Segundo levantamento do MAB, as consequências e efeitos ocasionados por grandes hidrelétricas têm afetado em maior grau as mulheres:

> (...) pois assim como os homens, mulheres atingidas precisam se adaptar a novos padrões de vida gerados pelas mudanças forçadas, e nesse processo elas recebem maior pressão e coação das empresas durante as negociações. Elas sofrem mais com a perda de vínculos afetivos com a vizinhança, ou mesmo com a ameaça constante de exploração sexual, prática frequente nas áreas dos grandes projetos (Malves e Alves, p. 161, 2018).

Em vista disso, a instalação da usina hidrelétrica causou efeitos significativos na vida dessas mulheres, que são responsáveis pelas atividades reprodutivas (realizando tarefas domésticas e de cuidado) e também pelas readaptações a um novo lugar, nos modos de vida e nas práticas, que não podem ser realizadas da mesma maneira que outrora. Essa exposição não decorre apenas da condição de gênero ou territorial, mas da articulação entre gênero, raça, classe e pertencimento comunitário. No entanto, como aponta Collins (2022), a interseccionalidade não se limita à descrição das opressões, mas também contribui para revelar possibilidade de construção de epistemologias contra-hegemônicas, forjadas na vivência concreta da resistência.

As mulheres do Acampamento Coragem não apenas sofrem os efeitos do deslocamento e da precarização de seus modos de vida: elas produzem conhecimento, estratégias de ação política e formas de organização coletiva a partir de suas experiências. Nesse processo, seus saberes e práticas — como o plantio, a pesca, o cuidado e a militância — constituem formas de agência que desestabilizam as estruturas de poder tradicionais, conferindo-lhes um papel central na luta pelo território e na (re)construção de novas territorialidades.

O protagonismo feminino na defesa do território do Acampamento Coragem pode ser observado no cotidiano das lutas e disputas travadas pela comunidade, no qual destaca-se a representação de Dona Jacirene, uma mulher negra, pescadora e militante do MAB, frente às demandas da comunidade:

> A sua militância ocorreu justamente nos primórdios da instalação da UHE de Estreito quando trabalhava fazendo os cadastros dos atingidos e, através das reivindicações do movimento passou a fazer parte da luta pelo direito dos atingidos, tornando-se militante naquela época. A sua participação dentro do movimento foi um dos fatores preponderantes para que os acampados a escolhessem como representante, em razão do diálogo obtido junto com o MAB e das articulações que o movimento tem feito para a conquista da terra (Machado e Sieben, 2019, p. 289).

As funções exercidas por ela, enquanto representante da comunidade, estão para além de acompanhar o MAB. Dona Jacirene é responsável por trazer pautas sobretudo relacionadas à disputa judicial pela terra, as demandas a serem realizadas pela comunidade, tais como, a participação nas audiências públicas, a organização coletiva sobre ocupar, produzir e permanecer na comunidade. Além disso, pontua

pautas nacionais que o movimento tem buscado com sua participação nos congressos, eventos e políticas de promoção de direitos da população atingida.

As articulações com a comunidade ocorriam apenas no encontro mensal e presencial que realizavam para debaterem acerca das demandas da ocupação, porém a comunicação entre as/os moradoras/es da comunidade com o tempo passou a ocorrer também em outros momentos através de dispositivos móveis, principalmente pelo aplicativo *Whatsapp*[1]. Quando necessitam se reunir coletivamente se organizam nos grupos de *Whatsapp*, assim como, a comunidade mantém a comunicação com pessoas na cidade por meio das redes sociais. Os/As ribeirinhos/as apropriaram-se e fazem uso dessas ferramentas em virtude das necessidades e demandas específicas da comunidade, importantes para a articulação do grupo na luta que travam naquele território.

Além disso, outras maneiras de resistir e lutar também estão presentes nas trajetórias sociais e na vida de outras mulheres do Acampamento. Ao percorremos as narrativas orais das interlocutoras que ocupam esse território, percebemos que elas exercem múltiplas atividades, sendo as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo, que se internalizou-se socialmente como uma prática feminina, mas que também participam do plantio, trato com a terra, com o labor da pesca e na construção de casas. Como observa-se na narrativa de Dona Jaqueline:

> Eu já fico aqui, **eu já fico em casa** enquanto ele leva o menino pra escola eu fico aqui em casa, eu já tenho que levantar também no mesmo horário, **eu já tenho que fazer almoço, limpar as coisa, lavar pia, fazer o que tem ser feito na casa até o horário que ele retorna pra quando ele chegar a gente já ir pro rio tirar as rede né**, e despescar e tudo, botar de novo no rio pra ver, pra ficar já no aguardo e já voltar, quando a gente volta aí a gente vai capinar as roça, né (Dona Jaqueline, 37 anos, entrevista oral, 23 de julho de 2023, grifos nossos).

Conforme o relato, a relação da água e a prática da pesca também fazem parte do dia a dia das ribeirinhas. Elas usam técnicas de captura e coleta conforme conhecimentos tradicionais locais, que contribuem na manutenção e continuidade das relações estabelecidas com o rio Tocantins e seus modos de vida. Para as interlocutoras foi um saber-fazer (De Certeau, 1998) transmitido através da influência masculina, por intermédio de seus pais e maridos. Cabe ressaltar que isso é

[1] Para obtenção de energia elétrica utilizam motor a diesel e para o acesso à internet usam os dados móveis dos celulares.

recorrente na região tendo em vista que a profissão da pesca é majoritariamente praticada por homens. Como destaca a interlocutora Dona Gilda (63 anos, entrevista oral, 23 de julho de 2023): “Quando eu me casei eu não era pescadeira, depois que eu segui a pesca com meu marido, meu marido já era pescador”.

Para Dona Jacirene, a ligação com o rio e a terra através da pesca começou antes do casamento. A pescadora relatou que herdou dos pais o conhecimento associado à atividade e, conforme destacado por ela, ao se casar com um pescador passou a exercer oficialmente a profissão. Nas suas palavras:

> Já vim ainda era criança, pro Estreito. Meu pai mudou e aí ribeirinho também tava na beira do rio, é pescador. E aí (...) eu que ficava sempre no Estreito, mas eles mesmo moravam na beira do rio né, eram pescador. E aí segui a mesma profissão do meu pai e me casei com um pescador também (Dona Jacirene, 51 anos, entrevista oral, 3 de março de 2019).

A prática pesqueira é ancestral dentro da comunidade, sendo perpassada por gerações, conforme narrado pelas mulheres e observado na comunidade. Com a chegada do empreendimento, entre outros efeitos e danos causados pela barragem, o que mais se sente diz respeito à pesca (Machado, 2020). A queda na produção pesqueira ocorreu sobretudo pela mortandade dos peixes, a ausência da diversidade do pescado, bem como as dificuldades em se pescar no lago da usina. Em vista disso, a população precisa de adaptar-se na busca pelo peixe, como destaca Dona Miúda (58 anos, entrevista oral, 5 de agosto de 2023) “o peixe a gente tem que andar muito pra correr atrás deles né”.

No processo de manutenção da vida, diante do conflito, a reformulação de estratégias como essas revelam um modo de r-existir. Para essas mulheres r-existir enquadra-se num processo para além das lutas, contemplando o existir durante a resistência. Em relação à pesca também se aumenta o tamanho da rede, a vigília no lago é maior do que no período anterior à construção da barragem. A qualidade do peixe decaiu drasticamente, então é necessário *correr atrás dele* para que possam conseguir algum pescado. De toda forma, a população mobiliza técnicas e práticas culturais para continuarem pescando, mesmo que seja num lago.

A plantação no acampamento também enfrenta uma série de desafios, sobretudo, relacionados com a prática da vazante[2] que era exercida por essas

[2] Trata-se da prática de agricultura realizada através da vazante. A cultura de vazante trata-se da prática exercida pelos ribeirinhos, que, antes da construção da UHE de Estreito, tinham pontos de pesca às

mulheres nos territórios de onde foram deslocadas. A antiga terra habitada se destacava pela fertilidade, era produtiva para uma grande diversidade de plantios. No acampamento a terra situa-se em chapadas, no cerrado tocantinense, sendo classificada como uma terra arenosa, para o seu uso é necessário adubar, gradear e tratar para que a terra produza, o que consequentemente fez a produção cair. Atualmente o que a comunidade mais planta é mandioca, feijão, milho, abacaxi, caju e arroz.



Foto 1: A Roça de Dona Jacirene
Fonte: Machado (fevereiro de 2024).

Embora a terra seja fraca e a produção não atenda a demanda da comunidade, muitos destacam que as formas de plantar, mesmo sofrendo alterações, continuam a contribuir com seu sustento. Existe o esforço da comunidade em fazer com que essa terra produza: “A gente vem fazendo os testes com a terra pra saber o quê que mais dá na terra, pelo fato da terra ser uma terra arenosa né, uma terra tem que ser trabalhada ela, mas a gente tá descobrindo que dá” (Dona Jaqueline, 37 anos, entrevista oral, 23 de julho de 2023).

margens do rio Tocantins. Nesses lugares, além de realizarem as atividades pesqueiras, a vazante era uma de suas atividades de subsistência. Tratava-se do plantio de vegetais e hortaliças na beira do rio, no período de desnível, época em que as pessoas ribeirinhas aproveitavam a fertilidade do solo para plantar melancias, arroz, abóbora, milhos, e demais hortaliças.

Entender a terra arenosa e o seu processo de cultivo é uma das alternativas que a população ribeirinha tem encontrado para continuar com o plantio nas roças de toco. Dona Jaqueline destaca esse fator ao buscar realizar testes para compreender o que pode ou não ser cultivado nessa terra, e, assim, vai entendendo o que necessita ser feito para melhorar o plantio.

As experiências das mulheres do Acampamento Coragem revelam que a luta pela permanência no território vai além da resistência física ou política: ela é também uma afirmação contínua de pertencimento, saber e memória. As práticas de pesca, plantio, cuidado e organização coletiva são estratégias frente a expropriação e da precarização impostas pela UHEE, tecidas a partir de um conhecimento enraizado na história e na ancestralidade ribeirinha. A memória emerge como um dispositivo fundamental na construção de novas territorialidades. Lembrar e narrar os modos de vida anteriores ao alagamento, rememorar o uso tradicional da terra e da água, transmitir os saberes herdados de pais e avós, tudo isso constitui uma forma de ação política e epistêmica, onde o passado não é apenas lembrado, mas mobilizado como horizonte de permanência, afirmação identitária e reconfiguração do futuro no presente.

Narrativas na luta pela terra: r- existências na comunidade ribeirinha

As narrativas orais das mulheres entrevistadas nesse estudo oferecem uma perspectiva sensível e politicamente situada sobre o cotidiano, as perdas e as estratégias de reconstrução do viver ribeirinho após a instalação da UHEE. As narrativas orais proporcionam uma análise profunda e pessoal sobre o cotidiano, a trajetória e as histórias de vida de uma pessoa. Para Portelli (1997), a essencialidade de um indivíduo é salientada pelo fato de a história oral dizer respeito a versões do passado, sendo assim, à memória. Sendo essa individual, ocorrendo em meio social dinâmico, se valendo de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, a oralidade se faz de suma importância para compreender o passado como algo que tem continuidade hoje, cujo processo histórico é inacabado, marcando a história oral como história viva, como destaca Meihy (1996).

Em contextos conflituosos, como os vivenciados pela população atingida pela barragem de Estreito, as histórias dos/as ribeirinhos/as são atravessadas por sentimentos de saudade, lembranças e experiências do lugar de onde foram

expropriados/as. Essas lembranças marcam os sentidos e significados em permanecerem ocupando a terra que vivem hoje. Dona Jacirene, 50 anos, mulher preta, mãe, pescadora, militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), e representante da comunidade, expressa em sua narrativa as lembranças que tem do território alagado:

> Era bom porque pegava mais peixe, nóiis não andava saindo pra longe pra ir pescar lá longe. O ponto de pesca era ali onde nóis morava... praticamente morava. E onde nóis plantava, colhia, e o peixe era mais fácil antes dessa barragem vim. Tudo era mais fácil pra nóis (Dona Jacirene, 50 anos, entrevista oral, 9 de julho de 2019).

No contexto citado por Dona Jacirene, a barragem para além dos inúmeros conflitos, efeitos e injustiças, os afastou do ponto de pesca, do porto e da fartura. Os pontos de pesca no contexto sociocultural da região tocantina[3] destaca-se pelo lugar onde utilizavam para acampar, plantar, produzir, pescar e perpetuar seus modos de vida daquilo que produziam as margens do rio e das vazantes. A narrativa da pescadora expressa as dificuldades enfrentadas no contexto atual, segundo esta "Tudo era mais fácil pra nóis", imprime as alterações e problemáticas enfrentadas no contexto da pesca pós-construção da barragem.

O rememorar o passado ocorre nas lembranças vivenciadas pela população ribeirinha do Acampamento Coragem. Em suas histórias de vida, o território alagado é recordado por todos/as. Ao sofrerem com o processo de expropriação territorial, a população passou a buscar novas alternativas de continuarem cultivando seus modos de vida. Nessa busca, a memória que perderam do lugar, imprimem os sentidos e significados da ocupação da comunidade que vivem atualmente. Dessa forma, a memória individual de como enfrentaram as investidas dos empreendedores e a perda do território configura-se como memória coletiva, pois a beira do rio Tocantins é onde se situa a territorialidade dos/as atingidos/as.

Para rememorar o passado, automaticamente nos conectamos as lembranças de outras pessoas que reportam o contexto social que vivenciamos. Por meio disso, a construção da memória perpassa os sentidos individuais e coletivos das lembranças e compõem a narrativa sobre a própria história. Para Pollak (1992), os elementos que constroem a memória individual e coletiva partem primeiramente dos acontecimentos

[3] Nomenclatura utilizada em referência à região de fronteira entre dos estados do Maranhão e Tocantins, que fica às margens do rio Tocantins.

vividos pessoalmente, em segundo lugar dos acontecimentos vivenciados pelo grupo, ou pela coletividade a qual o indivíduo se sinta pertencente.

Os/as moradores/as do Acampamento Coragem, entre inúmeras questões de luta e busca por direitos, destacam-se pela forma como a memória do lugar os reconstrói enquanto grupo. O estar à beira do rio, a busca por continuar exercendo modos de vida que se relacionem às vivências que tinham antes da barragem, classifica-se no significado que a memória e a lembrança desse território determinam a ocupação da terra que habitam hoje.

Dessa forma "a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva" (Pollak, 1992, p. 204). A memória, através disso, contribui com um fator preponderante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou grupo, na reconstrução de si. A construção de territorialidades destaca esses elementos da busca da reconstrução do viver ribeirinho associada ao indivíduo rural, que tem seus modos de vida atrelados à produção daquilo que a terra e o rio produzem, e a rememoração do lugar alagado imprime os sentidos da experiência e vivência na qual se concebe a formação desta comunidade. Recordar o território alagado é afirmar o direito de habitar no lugar que vivem atualmente para, além disso, dar sentido à sua existência e resistências em lutar pela terra.

Para Marcia Motta (2012), a memória exerce grande influência na construção de identidade de um grupo, consagrando a partir disso, meios pelos quais os indivíduos se veem como pertencentes a um determinado coletivo. Dessa forma, a memória é "[...] reforçada, reinventada constantemente, principalmente em situações em que uma reflexão externa tenta solapar ou minar os elementos que unem o grupo e lhe conferem um sentido particular" (Motta, 2012, p. 25).

Nas abordagens de Joël Candau (2021), memória e identidade são indissociáveis. O autor enfatiza que é através da memória que a identidade é fortalecida, seja no nível individual ou coletivo. Dessa forma, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade. A dialética entre memória e identidade reafirma que o indivíduo incorpora aspectos do passado para, assim, fazer escolhas memoriais, uma vez que a memória modela o indivíduo e também é modelada por ele. Candau (2021) destaca que a memória é anterior à identidade, sendo a última relacionada a representações ou estado adquiridos, enquanto a memória se faz presente desde a aparição da espécie humana na sociedade.

Dona Gilda (61 anos) expressa em suas lembranças especificamente a fartura do peixe “Muita lembrança meu fii, muita coisa boa. Pegava muito peixe bom, hoje nóis não pesca mais, não pega mais. Peixe que a gente pegava hoje não pega mais” (entrevista oral, 9 de julho de 2019). Os efeitos na produção pesqueira são os mais sentidos e vivenciados pela comunidade, Machado (2020) destaca que após a construção da barragem a diversidade da pesca decaiu, em razão da falta de migração dos peixes e dos cardumes que percorriam o rio, as espécies que mais se vendia na época se tornaram as mais difíceis de pescar no lago.

> A produção pesqueira de antes da construção da usina em comparação com a de hoje decaiu drasticamente, da mesma forma que a realização da pesca no lago. Em suas narrativas, os/as pescadores/as relatam que o lago é muito traiçoeiro, e que a presença de troncos de árvores em decorrência do não desmatamento da área em que se localiza o acampamento, o estado de deterioração destas árvores acaba agredindo o pescado, o peixe está mais fraco e a rede não suporta mais a duração de outrora. Antigamente, a rede durava entre três a quatro anos, podendo ainda ser reutilizada. Hoje, a rede dura apenas seis meses, pois o lago tem muitos resquícios de madeiras, o que acaba danificando as redes de pesca (Machado, 2020, p. 105).

Em vista disso, ao rememorar o lugar alagado, o território que perderam, a população sempre se lembra da fartura, do pescado e da vida que tinham nesse lugar. Em suas histórias a vida no “beiradão do Tocantins”, imprimem as práticas culturais e profissionais que exerciam historicamente na região, tendo herdado de pais e avós a prática da pesca e da vazante, construindo suas subsistências através da produção daquilo que mantinham por meio da pesca, da criação de animais e da agricultura.

A partir dessas experiências que o processo de luta e r-existência se constrói na permanência da terra em disputa. O lembrar associa-se as experiências e ao lugar que se alagou junto as águas da barragem. Com isso, a luta pela terra que ocupam hoje determinam a reivindicação de modos de vida ribeirinho, enfatizando que o exercício da pesca e da agricultura se constroem num território rural e que esteja as margens do rio.

A falta é recorrente nas memórias da população ribeirinha, quando questionada sobre o que sente mais falta do território alagado, Dona Marinalva responde:

> Eu sinto falta é dos pé de manga, de tanto coco que tinha e dos peixe mesmo. O tempo que era o rio Tocantins tinha tanto peixe cê nem imagina o tanto que era bom. A gente podia ir pro rio sair assim só a roupa que vinha com peixe, podia fazer o arroz e podia descer pro rio e que já vinha com o peixe, na merma da hora, qualquer hora, não tinha hora não. E agora depois da barragem a gente só pesca peixe de noite moço. Só de noite que pega, de dia põe a rede ai fica cheia de lodo, de tanta coisa de bagaço ai, não pega nada não, é difícil. Só tucunaré que pega de anzol, né (Dona Marinalva, 58 anos, entrevista oral, 8 de julho de 2019).

A memória é a identidade em ação, conforme destaca Candau (2021), entretanto, ela pode ameaçar ou perturbar ou arruinar o sentimento de identidade, como mostram os trabalhos sobre lembranças de traumas e tragédias. A expropriação do território alagado permanece no imaginário das populações atingidas como um acontecimento traumático há exemplos de doenças psicológicas[4], mortes e total desânimo a respeito das perspectivas futuras. Entretanto, existem os fatores memoriais que impulsionam comunidades a permanecerem na luta, como o caso dos/as moradores do acampamento coragem. Entre as faltas impressas nas narrativas da população, como a de Dona Marinalva que sente a falta desde os pés de manga até o tempo do rio antes da vinda da barragem. Para Machado (2020) o sossego, a produção e a realização em estar na beira do rio e de continuarem exercendo seus modos de vida, estão impressos nas narrativas de r-existência das acampadas. Dessa forma, as percepções de lugar e memória do território alagado estão presentes nas histórias de vida da comunidade, ao fato que a fixação de novas territorialidades ocorre através daquilo que o lugar significa para essas populações.

Para Porto-Gonçalves (2013) os processos de r-existência dizem respeito a forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que atua nas circunstâncias, ou seja, para além do processo de resistência, que significa retomar uma ação anterior, mas interliga-se aos processos que comunidades, populações e indivíduos buscam de r-existirem. A respeito desse processo, a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem r-existe desde a chegada do empreendimento hidrelétrico na região em que viviam. Em 2007, quando souberam as primeiras notícias sobre a implantação de uma usina hidrelétrica na cidade, embora tenham suas percepções e impressões sobre a barragem se modificado durante o processo de expropriação e

[4] A respeito disso, conferir o trabalho de Judite da Rocha (2016), “Usina Hidrelétrica de Estreito e desterritorialização: impactos sobre a saúde e resistência das famílias atingidas”.

violação de seus direitos, os/as acampados/as passaram a r-existir contra as alterações de seus modos de vida, contra os embates com os empreendedores, contra as violações e injustiças sociais e ambientais que vem sofrendo no decorrer dos anos.

Dessa forma, as narrativas expressam para além da saudade, lembranças e experiências, uma história de r-existência. Relacionando-se especificamente aos motivos e significados que a permanência no território em disputa recai sobre o processo de luta pela terra que enfrentam atualmente. Estar à beira do rio, num território rural, pescando e plantando determina os fatores essenciais do pertencimento dessa comunidade. A memória do território alagado reifica o direito de permanecer na luta acampando, produzindo e r-existindo.

Considerações finais

A Usina Hidrelétrica de Estreito, como muitos projetos de infraestrutura de grande escala, frequentemente ignora ou subestima os conhecimentos e práticas tradicionais das comunidades ribeirinhas afetadas. Essas comunidades possuem uma sabedoria ancestral que é fundamental para a manutenção de um relacionamento sustentável e respeitoso com o ambiente natural. No entanto, essa sabedoria é negligenciada em favor de um modelo de desenvolvimento que prioriza o crescimento econômico e a exploração de recursos sob uma ótica de mercado e dos interesses econômicos.

Diante desse cenário, as narrativas produzidas em campo através da etnografia e do método de história oral revelam as diferentes formas de resistência e adaptação das mulheres ribeirinhas diante dos desafios impostos pela instalação da usina. As mulheres do Acampamento Coragem desempenham um papel crucial na luta pela permanência e pelos direitos territoriais. Elas não só enfrentam as adversidades diárias relacionadas à subsistência e à gestão doméstica, mas também assumem posições de liderança na organização e mobilização comunitária. A atuação de lideranças femininas, como a de Dona Jacirene, é essencial para a articulação política e social da comunidade, evidenciando o papel central das mulheres na resistência contra os efeitos e conflitos socioambientais da UHEE.

Essas mulheres, após os deslocamentos compulsórios ocasionados pela barragem de Estreito, recordam um território submerso e o mantêm vivo em suas

práticas cotidianas de plantio, pesca e cuidado, em seus saberes transmitidos entre gerações e nas articulações políticas em que se engajam. Ao relatar suas lembranças sobre o "beiradão", os peixes abundantes, os pés de manga e as roças de fartura, não estão apenas contando o que perderam, narram o que ainda as move, o que ainda faz sentido r-existir. A memória, nesse contexto, não é resíduo do passado, mas fundamento da permanência, elemento constitutivo da territorialidade, e matéria viva da r-existência das mulheres ribeirinhas.

A memória é fator essencial nas permanências acionadas pelas mulheres ribeirinhas diante da necessidade de migrar em busca de novos espaços de ocupação e das reivindicações do Acampamento Coragem. Por meio disso, o processo de ocupação, reconstrução e organização sociocultural vivido por estas comunidades, e em particular as mulheres, imprimem os motivos de luta e r-existência por modos de vida dignos e por usufruto da terra e do território, tendo em vista que a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem desde 2015 reivindica o direito de ocupar, produzir e r-existir as margens do rio Tocantins, lugar de ancestralidade, tradição e pertencimento.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais”. **Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, 2004, p. 9-32.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Amazônia: a dimensão política dos conhecimentos tradicionais. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). **Conhecimento tradicional e biodiversidade:** normas vigentes e propostas. Manaus: PPG-UEA; Fundação Ford; Fundação Universidade do Amazonas, 2008b. p. 11-39.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34 Ltda., 2010.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CARVALHO, Graziane de Araújo Pitombeira. **Da Ilha de São José ao Reassentamento Coletivo Baixão:** alterações nos modos de vida após a implantação da UHE/Estreito (MA), em 2012. 2018. 175f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, UFT: Araguaína, 2018.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. Tradução de Bruna Barros. São Paulo: Boitempo, 2022.

DE CERTEAU, Michel **A invenção do cotidiano 1**. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

FLEURY, Lorena Cândido. **Conflito Ambiental e Cosmopolíticas na Amazônia Brasileira:** a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva. 2017. 320f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS: Porto Alegre, RS, 2013.

GEERTZ, Clifford. "Do ponto de vista dos nativos": a natureza do entendimento antropológico.IN: GEERTZ, Clifford. **O saber local:** novos ensaios em antropologia interpretativa.Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa. In: GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p. 03-21.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômico. *In*.: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020., p. 127-138.

LITTLE, Paul Elliot. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**. N. 322, Brasília: UNB, 2002.

MACHADO, Laylson Mota. **O Acampamento Coragem:** impactos, conflitos e percepções em torno da Usina Hidrelétrica de Estreito – MA. 2017. 82 f. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Tocantins, UFT: Tocantinópolis, TO, 2017.

MACHADO, Laylson Mota; SIEBEN, Airton. A Representação Feminina no Acampamento Coragem e a Desterritorialização ocasionada pela Usina Hidrelétrica de Estreito (MA). **Humanidades & Inovação**, v.6, p. 280-291, 2019.

MACHADO, Laylson Mota. **"A Beira do rio é o nosso lugar"**: os efeitos da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) e a vida ribeirinha no Acampamento Coragem em Palmeiras do Tocantins (TO). 2020. 139f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) - Universidade Federal do Tocantins, UFT: Araguaína, 2020.

MALVES, Patrícia Barba; ALVES, Alice Margarida Negreiros. Da ilha ao Mirindiba: expulsão e invisibilidade de mulheres pela hidrelétrica de Estreito – Tocantins. *In*: SILVA JÚNIOR, Amintas Lopes da. et al (Orgs.). **Educação do campo, agroecologia e questão agrária:** a experiência do curso de resistência agrária na construção do Iala Amazônico. Marabá: iGuana, 2018, p. 159-182.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 20-35.

PEIXOTO, Lanna Beatriz Lima; SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. Da água, a palavra: uma reflexão sobre as relações entre cidade e cursos d'água em Salvaterra a partir da memória de seus habitantes. **Ponto Urbe** [Online], v. 24, p. 1-22, 2019.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, nº 15, São Paulo, PUC, 1997.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (2013) La reinvención de los territorios: la experiência latino-americana y caribeña. In: Porto-Gonçalves, C. W. **Territorialidades y lucha por el territorio em América Latina.** Lima: Unión Geográfica Internacional. (Original publicado em 2008).

POQUIVIQUI, Agilson. **Racismo ambiental e violência identitária**: um estudo sociológico dos impactos socioambientais de projetos de barragens no estado do Mato Grosso. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

SANTIAGO, Carlos Leen. **O Estreito Desenvolvimento:** história dos conflitos socioambientais da barragem. Imperatriz, MA: Ética, 2014.

SIEBEN, Airton. **Estado e Política Energética:** a desterritorialização da comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito. 2012. 203 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia: UFU, Uberlândia, MG, 2012.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens; PAIVA, Angela. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2014.